

AS MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A GEOGRAFIA: O CASO DO GEOMARKETING.

THE CHANGE IN THE WORLD OF WORK AND GEOGRAPHY: THE CASE OF GEOMARKETING.

Amir El Hakim de Paula¹

RESUMO

O artigo procura discutir como as mudanças no mundo do trabalho repercutem nas ciências humanas, em especial na Geografia. Para tal êxito desenvolvemos uma análise mais aprofundada sobre a emergência do trabalho imaterial e do Geomarketing. Ao realizarmos isso, procuramos demonstrar de que forma alguns atributos geográficos foram incorporados nesse novo mundo do trabalho, muito embora a ciência geográfica ainda mantivesse uma análise crítica a essas transformações. Entender esse processo possibilita-nos desvelar que, muito embora as ciências humanas estivessem quase que totalmente alijadas dessas inovações, a Geografia, principalmente em seu ramo técnico (Cartografia) agregou a si novos conhecimentos e mesmo que discutivelmente, conseguiu um espaço nessa moderna configuração do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho – Geografia – Geomarketing - Tecnologia

ABSTRACT

The article seeks to argue as the changes in the world of the work reverberate in sciences human, in special in Geography. For such success we develop a more deepened analysis on the emergency of incorporeal work and the Geomarketing. When carrying through this, we seek demonstrate as some geographic attributes had been incorporated in this new world of the work, although the geographic science have kept a critical analysis to these transformations. Understanding this

process makes possible us see that although sciences human had almost that total unloaded of these innovations, Geography, mainly in its branch technician (Cartography) added itself new knowledge and same that arguably, a space in this modern configuration of the work obtained.

KEYWORDS: Work – Geograph – Geomarketing - Technology

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos surgiram grandes mudanças no mundo do Trabalho, como também novas metodologias que discutem o por que dessas transformações.

O modelo de produção dominante até a década de 1970 (taylorista/fordista) começa a receber severas críticas devido, principalmente, a sua baixa capacidade de acumulação de capital, bem como ainda mantêm o trabalhador numa esfera ocupacional largamente baseada em movimentos mecanizados.

Dentro dessa dinâmica inicia-se um processo de transformação do modelo taylorista-fordista, que resulta no surgimento de uma nova ideologia administrativa, o chamado toyotismo (ohnismo), pós-fordismo ou mesmo acumulação flexível, que se caracteriza, entre outras coisas, por uma enorme informatização da economia com reflexos intensos no mundo do trabalho.

A aplicação desse novo modelo administrativo ocasionou grandes discussões nas ciências sociais sobre as novas condições dos trabalhadores. Analisando sob um prisma mais crítico, Alves (2000), afirma que o toyotismo é uma ofensiva do capital na produção, procurando debilitar a solidariedade de classe e ocasionando “ a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe.” (ALVES, 2000, p.29).

Já para Castells (1999), essas mudanças seriam benéficas em longo prazo para a classe trabalhadora, pois “o que tende a desaparecer (...) são as

tarefas rotineiras, repetitivas que podem ser precodificadas e programadas para que as máquinas as executem. É a linha de montagem taylorista que se torna uma relíquia histórica.” (CASTELLS, 1999, p.264).

Para nós, as duas avaliações engrandecem a discussão, e embora divergentes em vários momentos, se complementam. A primeira dotada de uma posição classista analisa as transformações sob um prisma no qual predomina o conceito de luta de classes, que entende o mundo sendo sempre um palco de conflitos entre os ‘donos do capital’, que na sua volúpia por mais lucros exploram cada vez mais a ‘classe trabalhadora’. Na segunda, as mudanças que o toyotismo traz não se configuram apenas como um processo de precarização do trabalho, mas possibilitam o surgimento de um trabalhador mais capacitado, polivalente, pois as “ tecnologias da informação exigem maior liberdade para [que] trabalhadores mais esclarecidos atinjam o pleno potencial da produtividade prometida.” (CASTELLS, 1999, p.263).

Assim Alves (2000), se mostra extremamente pessimista quanto às condições gerais da nova organização do trabalho e dos trabalhadores e tem como escopo principal, os trabalhadores menos capacitados. Enquanto Castells (1999) entende que de alguma forma essas mudanças prenunciam a chegada de um ‘admirável mundo novo’, visto que o fim (?) das tarefas rotinizadas propiciarão um trabalhador cada vez mais de decisão e não apenas executor de funções.

Nesse sentido as duas têm pontos fortes a favor, pois apontam com propriedade essas transformações. Pode-se criticar os dois estudos, pela análise parcelar, já que um analisa prioritariamente o operário do “chão da fábrica”, enquanto o outro se preocupa mais com os trabalhadores do setor de serviços.

Afora as discussões sobre a materialidade do trabalhador de fins do século XX, temos outras que demonstram as mudanças econômicas surgidas dessas transformações, denotando que saímos de uma economia baseada na industrialização, para neste século, entrarmos num paradigma que segundo Negri (2001), chama-se ‘pós-modernização econômica’, dominada pelos serviços e pela informação, ou simplesmente ‘economia informacional’.²

É dentro dessa mudança de paradigma, que se encaixa a teorização do trabalho imaterial, já que a transição para uma economia informacional envolve, necessariamente, uma mudança na qualidade e natureza do trabalho. Assim, para Negri (2001), com a emergência do trabalho imaterial, “ a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção. ” (NEGRI, 2001, p.310).

Tão fundamental, que é nessa esfera (diríamos comunicacional) que segundo esse autor se cria a mais-valia. Diz:

Na sociedade produtiva pós-fordista (mas também neste caso, pós-taylorista) a natureza do trabalho transformou-se completamente. A força de trabalho que criando mais-valia, hoje se coloca hegemonicamente, no centro do sistema produtivo, já é essencialmente imaterial: vale dizer, trabalho de modo intelectual com empreendimento autônomo e com fortes e independentes capacidades de cooperação³. E completa: “ Por conseguinte, o lugar onde se produz o excedente de produtividade já não é a fábrica, nem o sistema da grande indústria, mas o conjunto de ‘redes sociais’ por meio das quais essa massa de trabalhadores imateriais aprende, coloca-se em contato, comunica, inventa, produz mercadorias e faz tudo isso reproduzindo subjetividades. (NEGRI, 2001, p.310).

É como se a mais-valia não fosse mais gerada na fábrica, mas por todos aqueles que participam dessas ‘redes sociais’, como a escola, a ciência, os sistemas de comunicação e informação, etc.

Contrários, a essas formulações encontramos Antunes (2000), afirmando que:

[...] em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição de produção de valores pela esfera comunicacional da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.⁴

Na verdade, com a entrada de novas tecnologias no mundo do trabalho que possibilitaram a sua informatização, a discussão sobre aonde é gerada a mais-valia, para alguns autores merecem uma revisão, já que a idéia central de que esse “ganho” o capitalista retira do operário no processo de produção material já não pode ser levado muito em consideração, pois grande parte das indústrias já sofreu ou sofre um processo de robotização, ocasionando a demissão de parte dos trabalhadores, sendo que em longo prazo, o ofício destes trabalhadores poderia acabar ou estes ficarem como gerenciador dessas máquinas.⁵

Como percebemos, essas discussões são instigantes e demonstram a possibilidade de grandes inovações metodológicas. Essa introdução serve-nos como roteiro de nosso estudo que terá como ponto máximo um parecer sobre a emergência do trabalho imaterial nas ciências sociais, mais especificamente na geografia, a chamada geografia de mercado ou geomarketing.

Para isso, analisaremos as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, enfocando como esse trabalhador foi se constituindo desde a Revolução Industrial, bem como o significado do surgimento de modelos de reestruturação produtiva, que tanto o transformaram subjetivamente como materialmente.

MUDANÇAS NAS FORMAS DE SER DO TRABALHO E DO TRABALHADOR.

Para o homem o trabalho sempre teve um papel primordial em sua vida. É a partir dele que o homem percebe-se como sujeito social. Obviamente, o trabalho não é exclusividade humana, mas diferentemente de qualquer outro animal, antes mesmo de concretizar algo, o homem o projeta em sua mente, percebendo então a sua capacidade de abstração e a sua possibilidade de dominar e transformar a natureza.

Como diz Antunes (1995),

através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho: ele atua sobre a natureza, desenvolve as potências nelas ocultas e subordina as

forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformadas em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meio para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade. (ANTUNES, 1995,p.123).

Dominando a natureza e a transformando (diríamos em muitos casos a destruindo!), ao homem foi possibilitado a sua expansão por todo o planeta, independente das condições climato-botânicas, geológicas, etc, que ele encontrava, já que pelo trabalho ele conseguia se adequar ao meio-ambiente e em certa medida adequar o meio-ambiente á si.

Em que pese ser fruto da natureza, como qualquer outro animal, aos poucos o homem (principalmente o ocidental), cada vez menos se julga um ser natural, fato que chega ao seu limite quando da emergência do modo de produção capitalista, quando entre o homem e a natureza se coloca a noção de valor.⁶

Como diz Moreira(2000): “O fato é que o surgimento da mediação do capital faz da relação ambiental uma relação técnica do trabalho, capitalizando-a. De imediato, o nascimento do valor separa homem e natureza.” (MOREIRA, 2000, pp.54-55).

Assim, antes de se ter o valor entre o homem e a natureza, havia uma identificação próxima, o homem se identificava com um ser natural. Com a Revolução Industrial e a incessante necessidade de produção de mercadorias, a natureza cada vez mais é vista como algo alheio ao homem, por isso passível de pilhagem, na tentativa de se obter mais lucros.

Antes do advento da Revolução Industrial, trabalho, natureza e sociedade interagem numa relação de identidade. As fases do trabalho são momentos de festas e tomadas como calendário de vida e de tempo-espaço da sociedade como um todo. Uma sincronia que aos poucos vai se perdendo, conforme o avanço das técnicas surgidas com a Revolução Industrial e a busca incessante por mais lucros. É daí então que certo utilitarismo predomina nessa

relação e relacionar-se com a natureza passa a ser a sua conversão em mercadorias pelo trabalho.

A Revolução Industrial além de trazer modificações na relação homem-natureza, trouxe também modificações nas relações entre os homens. Já que a natureza passa a ser vista como um grande e inesgotável arsenal de recursos (e lucros!), têm-se cada vez mais a necessidade de transformar as relações entre os homens, para que se possa extrair e utilizar-se desses recursos em um uso mínimo do tempo.⁷ Assim, “de imediato o nascimento do valor separa o homem e natureza. Em seguida, separa o trabalho dentro da sociedade, destacando-o para torná-lo o designativo dentro dela da função de uma das suas frações demográficas, daí surgindo a figura do trabalhador e da classe do trabalho.”(ANTUNES, 1995, p.55).

O trabalho que possibilitou ao homem efetivar-se enquanto um ser social, na fábrica transforma esse homem em coisa, e a mercadoria que este acaba produzindo torna-se mais valiosa que ele próprio.

Esse trabalho é enfadonho, desgastante, pois não é voluntário, mas compulsório, trabalho forçado, já que o operário não satisfaz-se trabalhando, mas ele é apenas um meio de satisfazer necessidades alheias. E como se constituía o cotidiano alienado desse trabalhador?

Os exemplos são inúmeros. Vamos nos concentrar no caso brasileiro, abordando alguns aspectos do operário do início do século XX, o que no geral, não difere muito das condições dos operários da Europa na Revolução Industrial.

Lopreato (2000) nos descreve esses aspectos:

As fachadas suntuosas das fábricas ocultavam a torpe realidade do seu interior: o ar e a luz eram escassos e abundavam resíduos, detritos e poeiras”. E mais: “ Os operários, sujeitos a doenças provocadas pela insalubridade do ambiente e pelo trabalho excessivo, ainda eram vítimas das engrenagens das máquinas que os deixavam mutilados e inválidos, quando não mortos. (LOPREATO, 2000, pp.78-79).

Afora todas essas dificuldades, temos de lembrar que seu ritmo de trabalho era intenso, sujeito a multas por qualquer motivo banal, trabalhava-se pelo menos 12 horas por dia e o salário não dava nem para a própria sobrevivência do operário, quiçá de sua família, que, diga-se de passagem, quase sempre trabalhava com ele, inclusive em horário noturno.⁸

Poderíamos dizer também que afora o “inferno” de dentro da fábrica, a sua vida tinha escassas atrações. Recebia muito pouco, vivia em cortiços, era um trabalhador sem nenhum direito, precarizado, pois a atividade fabril era controlada pelos humores dos industriais. Situações que em pleno século XXI aparecem novamente!

Vivenciando tão terrível realidade, suas expectativas de uma vida razoável eram mínimas. Daí, surgirem no Brasil, como na Europa e EUA, amplas manifestações exigindo melhores condições de trabalho, garantias de emprego, etc, que resultaram em grandes conflitos (1º de Maio, Greve de 1917) e que promoveram o surgimento de sindicatos. Por meio dos sindicatos, os trabalhadores, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, conseguem melhores condições de vida.

Percebemos então que, desde o início da Revolução Industrial, tanto as relações entre o homem e a natureza são conflitantes, como entre os próprios homens, no caso relações entre o Trabalho e o Capital.

O intuito de diminuir as relações conflituosas entre Capital e Trabalho, a intensificação da competição entre empresas e o avanço das idéias socialistas entre os operários fizeram com que surgissem novas formas de gerenciamento industrial que ao mesmo tempo possibilitassem uma maior racionalização do tempo e a geração de mais lucros.

Segundo Harvey (2000),

a data inicial do fordismo foi 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros, que ele estabeleceu no ano anterior em Dearbon, Michigan. (HARVEY, 2000, p.121)

Estudando esse modelo, o binômio taylorismo/fordismo, Gomes e Silva (2001) afirmam que “tanto para F.W.Taylor como para H.Ford, o mal do mundo está no desperdício de tempo: esse ineficiente dispêndio impede que o homem receba o exato equivalente de seu trabalho.” (GOMES E SILVA, 2001, p.217) Ford pensa ainda que o seu modelo serviria para todos os outros ramos da economia, como escolas, hospitais, etc, tudo isso imbuído da mais pura certeza de que todos sairiam ganhando, pois a eficiente gestão da força de trabalho deverá contribuir para o máximo de prosperidade para o patrão e para o empregado, gerando, ao mesmo tempo, uma sociedade sem desemprego e sem pobreza.

Entretanto, para se concretizar essa “utopia industrial”, o trabalhador deveria ter suas funções racionalizadas, combatendo-se o desperdício na produção e aumentando o ritmo de trabalho. A materialização desse desejo é conseguida com o uso da esteira automática e do cronômetro, pelo qual os movimentos do trabalhador ficariam submetidos aos ditames da máquina.

A fábrica taylorista-fordista teve como melhor e mais completo exemplo a indústria automobilística, e caracterizava-se:

pela produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. (...) Grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. (ANTUNES, 1999, pp.36-37).

Um controle total sobre todos os setores da empresa. Isso também necessitaria uma grande quantidade de pessoas em cargo de chefias e gerência. Então a fábrica de Ford em nada se diferenciava das indústrias do século XIX e início do século XX?

Veremos. Em que pese o trabalhador sob o regime fordista ser tratado com uma engrenagem, um “apertador de parafusos”, a principal diferença reside no fato de que com as novas técnicas, Ford possibilitava a produção em massa, que propicia o barateamento dos produtos, fazendo com que camadas médias da

sociedade, inclusive alguns de seus funcionários, fossem consumidores de mercadorias mais sofisticadas. Com o fordismo, nasce de alguma maneira a sociedade de consumo.

Essa ampliação do mercado foi alcançada, graças a uma “aliança” entre o modelo fordista e uma política econômica de intervenção estatal (Keynesianismo) e também pelo abandono histórico dos partidos social-democratas, que antes de serem promotores de conflitos, passaram a aparecer como árbitros, delimitando o campo de luta de classes, enquanto algumas melhorias do modelo Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), num acordo que “implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista.” (ANTUNES, 1999,p.38).

Dentro da perspectiva de que não ocorresse grandes conflitos, entende-se o porque desse modelo dar amplos resultados. Aos trabalhadores ofereciam uma extensa rede de segurança social que possibilitava uma maior participação no “maravilhoso mundo das mercadorias”, desde que em contrapartida, seu antigo sonho de se libertar do trabalho explorado definitivamente fosse enterrado; e os empresários arcariam com as despesas advindas dos benefícios dos trabalhadores.

Essa situação possibilitava maiores lucros já que poucos conflitos ocorreriam e uma maior parcela dos trabalhadores tornar-se-ia consumidora. Sendo assim, não é a toa que esse modelo fordista/keynesiano, vigorou nos países centrais, entre as décadas de 30 e 70. Mas porque esse modelo não conseguiu se manter a partir daí?

Na realidade, desde a década de 60 esse modelo mostrava que tinha chegado ao seu ocaso. Através do “pacto” fordista/keynesiano, grandes parcelas dos trabalhadores dos países centrais conseguiram obter estabilidade empregatícia e enormes benefícios extra-salariais, como seguridade social, direitos de pensão, etc, e isso encareciam o preço da produção.

Além disso, países da América Latina e do Sudeste Asiático, onde praticamente inexistia algum compromisso fordista, acirraram a competição industrial internacional. Essa competição dos países periféricos provocou demissão de trabalhadores nos países centrais e sobrecarregou a arrecadação do Estado Keynesiano.

Afora os elementos econômicos (poderíamos citar ainda a crise do petróleo de 1973), os trabalhadores iniciavam questionamentos sobre os pilares constitutivos da sociabilidade do Capital, particularmente, o controle social da produção, pois era contraditório o fato de que pelo taylorismo/fordismo o operário era destituído de qualquer participação na organização do trabalho, só realizando tarefas repetitivas, mas ao mesmo tempo era convocado para corrigir deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos.

Dentro desse panorama (crise econômica e crítica á rotinização de tarefas) é que modelos administrativos flexíveis (como o toyotismo) aparecem, para recuperar o ciclo reprodutivo econômico e ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação social, abalado pela conflitualidade do trabalho, que surgiram questionando o modo de ser do fordismo e seus mecanismos de controle social.

O toyotismo, modelo de acumulação flexível, inspira-se “parcialmente, no âmbito da gestão da força de trabalho de execução direta, nas idéias participativas surgidas nos Estados Unidos na década de 30”. (GOMES E SILVA, 2000, p.221) Essas idéias têm como “ideólogo” Elton Mayo, criador da “Sala de Terapia das Tensões Industriais”, que procurando controlar a subjetividade do trabalhador, “ busca harmonizar os interesses entre a gerência e os operários por meio do ‘truque’ dos valores múltiplos: os fatos devem ser enfrentados, colocados em um determinado quadro de referência, numa nova gramática do poder, numa nova linguagem.” (GOMES E SILVA, 2000, p.221).

Com a entrada dos Estados Unidos no Japão, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, empresários japoneses percebem que a idéia de cooperação pode muito bem se adequar a uma gerência do trabalho baseada em métodos paternalistas.

Já em fins da década de 50, o conceito de TQC (Total Quality Control) norte-americano, é adotado em empresas japonesas, com o nome de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Em 1990, eles eram em torno de 314.000 e envolviam 2,5 milhões de trabalhadores. Mais do que diminuir os cargos de gerência com a participação efetiva dos trabalhadores nos CCQ's,

esse esquema de participação, além de estimular o trabalhador, é considerado um simples e eficaz sistema de difusão de informações, pois rompe com os segredos de ofícios e com alguns conhecimentos que ainda continuam nas mãos dos operários no fordismo clássico. (GOMES E SILVA, 2000, p.225).

Junto aos CCQ's, novas idéias surgem como forma de otimizar a produção. Através do método Kanban/Just in Time (produção no momento certo), a produção fica voltada e conduzida, diretamente, pela demanda, instituindo-se o "estoque mínimo".

Essas novas formas de gerirem a produção promoveram também uma modificação na espacialidade das indústrias. Essa mudança espacial é necessária, já que na fábrica toyotista deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. Deixa de ser viável a fábrica verticalizada, lenta e onerosa, pois controla todas as fases da produção, para surgir a toyotista que atua de forma horizontal, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora (no caso das automobilísticas) e estendendo-se às subcontratadas, às terceiras.

A fábrica flexível "força" a existência do trabalhador flexível. A informatização da indústria e a recessão provocada pela crise do petróleo de 1973 levam a um aumento do desemprego, criando novas formas de trabalho, sem a "rigidez"⁹ do fordismo. Nas palavras de Antunes(1995), surge uma "

subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculado á economia informal.” (ANTUNES, 1995, p.44).

Mas não apenas essa tendência “destrutiva” ocorre, já que outra, não menos importante, gerada com a informatização da indústria e o desemprego, possibilita ao operário estável, deixar de operar apenas uma única máquina (característica do fordismo) e passa a ser polivalente.

Para Castells (1999), essa polivalência vai levar ao fim das tarefas rotineiras e esse operário ficará autônomo, mais intelectualizado, deixando de ser apenas um simples apertador de parafusos.

Em nossa opinião, o que na verdade ocorre é que com essas mudanças, o operário, longe de ter uma importância no processo de produção, tem seu saber intelectual apropriado (e não pago!), pois na realidade a sua opinião sempre se restringirá em “como produzir” e não “o que produzir”. Ilusão achar que ele ganhou autonomia!

Afora as grandes mudanças ocorridas na indústria, para alguns autores, a informatização favoreceu a predominância do setor de serviços na economia, sendo que a própria indústria tende a valorizar mais a informação do que o produto em si. Como diz Lazzarato (2000) “ Ela (a indústria) se volta sempre mais para a comercialização e financeirização do que para a produção. Um produto antes de ser fabricado deve ser vendido.” (LAZZARATO, 2000, p.44).

Já Dantas (2000), baseado em reportagem do Jornal do Brasil, aponta que o produto (automóvel) em si gera menos lucro do que a “infra-estrutura” que ele cria para a sua venda.¹⁰ (DANTAS, 2000, p.119).

Por meio dessas análises, percebemos que gradualmente o eixo da economia mundial migra da indústria para o setor de serviços, no qual a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção. O mundo dominado pela informação e a comunicação é o mundo do trabalho imaterial.

A ligação entre os setores de serviços e o trabalho imaterial deve-se ao fato de que apresenta um modelo mais rico de comunicação produtiva. Não resultam em bem material e durável e o trabalho do setor de serviços produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação.

A lista desses serviços é vastíssima: marketing, ciência, opinião pública, moda, esporte, entre outros. Esses serviços, segundo Negri (2001) podem ser separados em subgrupos.

O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informacionalizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço e o trabalho material da produção de bens duráveis, mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina de outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho tipo físico. (NEGRI, 2001, p. 314).

A supremacia do setor de serviços e do trabalho imaterial na economia atual enquanto produtores de valor está longe de ser uma unanimidade. Um dos maiores críticos é Antunes (1995; 1999). Para o autor,

(...) a reflexão em torno do trabalho vivo e de sua centralidade hoje deve recuperar a discussão sobre o trabalho imaterial como uma tendência presente no mundo produtivo da empresa capitalista moderna e em interação com as formas de trabalho material. (ANTUNES, 1999, p.130).

Assim a discussão sobre o trabalho imaterial só tem importância na medida em que relaciona-se com o trabalho produtivo ou que produz mercadorias "materializadas" e não subjetivas, informacionais, etc. Não se pode querer entender o imaterial sem essa relação, pois para ele ainda é na materialidade que o Capital se reproduz.

Mudanças espaciais são percebidas com o intenso processo de informatização. A eficiência da fábrica fordista passava pela concentração num mesmo local de matérias-primas, transportes, comunicações e mão-de-obra.

Hoje a fábrica pós-fordista, baseada nessa informatização não necessita de todos esses elementos aglutinados e já não existe uma relação entre eficiência e concentração. Pelo contrário, quanto mais enxuta, mais lucrativa tende a ser. Negri (2001) comenta a extensão dessas mudanças:

Avanços nas telecomunicações e nas tecnologias de informação tornaram possível desterritorializar a produção.(...) Processo laborais podem ser conduzidos de forma quase inteiramente compatíveis com redes de comunicação, para as quais localizações e distância tem pouca importância". E completa: " Operários envolvidos num único processo podem, com efeito, se comunicar e cooperar em pontos remotos, não dependendo da proximidade. De fato, a rede de cooperação no trabalho não requer território nem centro físico. (NEGRI, 2001, p.316).

Apesar do surgimento dessa rede social informacional, o mundo do trabalho ainda tem na sua maior parte, pessoas trabalhando em péssimas condições, sem mínimas garantias sociais, pessoas estas esquecidas, que apenas sobrevivem, como as mulheres da Indonésia que fabricam o tênis Nike durante 12 horas ao dia e ganham 38 dólares, ou mesmo os perto de 1 bilhão de homens e mulheres desempregados, subempregados e precarizados, que são descartados como se fossem seringas. Para essas pessoas, o Capital ainda não lhes deu "autonomia".

Trilhamos esse caminho extenso a fim de mostrar que a categoria trabalho vem se modificando desde a revolução industrial, o que implicou no surgimento de novas "harmonias administrativas", mas também modificações na sua própria materialidade e de quem a compõe, o que seria hoje, a classe dos trabalhadores.

Percebemos que as mudanças do mundo do Trabalho, acontecem desde a emergência da Revolução Industrial. Desse momento inicial até os dias atuais, inúmeras transformações de ordem econômicas ocorreram no Capitalismo,

que alteraram o modo de ser subjetivo do trabalhador, suas idéias e suas esperanças, mas principalmente no nosso caso percebemos como a introdução de mudanças de cunho organizacional no mundo industrial, modela também sensíveis mudanças espaciais, como no caso da passagem da fábrica fordista verticalizada para a fábrica toyotista horizontal.

Nosso intuito a partir deste momento é discutir a emergência do trabalho imaterial nas ciências sociais e para isso nos valeremos da geografia, mais especificamente, a geografia de mercado ou geomarketing.

A EMERGÊNCIA DO TRABALHO IMATERIAL NAS CIÊNCIAS HUMANO-SOCIAIS: O CASO DO GEOMARKETING.

As sucessivas greves de funcionários, alunos e professores da USP, principalmente da FFLCH que vem ocorrendo desde 2002 colocam na mídia o debate sobre a importância das ciências humano-sociais em uma universidade. Demonstram também que é tão relevante uma pesquisa em biotecnologia que possibilite algo prático à sociedade, como a cura do câncer, como um estudo comparativo em línguas ou ciências sociais, mesmo que a princípio não se veja algum uso imediato nas últimas citadas.

Na verdade, há pelo menos vinte anos, certo utilitarismo vem predominando na sociedade, promovendo a ascensão das ciências ditas aplicadas ou que possuem uma aplicabilidade de resultados mais perceptíveis (caso das ciências exatas e biológicas) e em contrapartida o ostracismo das ciências humano-sociais (como história, letras e geografia), já que estas não compreendem o conhecimento como instrumento de solução imediata, pois qualquer transformação necessitaria, a priori, de um amplo debate de idéias, o que denota tempo.

O mundo moderno, chamado por alguns autores como pós-fordista, é o mundo das soluções rápidas e baratas, do pensamento único (e por isso que nega

o debate), baseado no lucro fácil e no uso mínimo de tempo para a conclusão de algo.

Dentro desta lógica, as ciências humano-social pouco "servem" visto que possuem "baixa" eficiência e não raramente criticam essa nova ordem.

Assim, a possível "falta de aplicabilidade", deixa essas ciências em uma posição inferior com relação às demais na universidade, particularmente a pública, já que a própria universidade, cobrada pela mídia e através desta pela opinião pública, "optou" ao invés de ser um centro formador de estudiosos e pesquisadores, ser um centro formador de técnicos, prontos para ocupar um posto no mercado de trabalho¹¹.

E dessa forma, colocando técnicos no mercado, fica clara a sua interação com a sociedade que a sustenta com impostos, e demonstra também que aos poucos diminui-se o "mantenimento de estudiosos" parasitas", que ocupam seu tempo em discussões "vagas".

Dentro deste panorama, as ciências humano-sociais vêm travando uma luta contra seu sucateamento. Mas ilude-se quem acha que dentro desse quadro tão adverso, só lhe restou a luta.

A crise que as acometeu nesses últimos anos fez com que, já em meados da década de 90, se discutisse também uma tentativa de inserção nessa nova conjuntura econômica, procurando-se novas alternativas, pelo menos no campo profissional.(ainda quase restrito ao também desprestigiado magistério).

Daí surgirem entre outras discussões, a criação de empresas-júniors, ou seja, núcleos de estudantes universitários orientados por um professor-doutor, prestadores de serviços à comunidade, mas principalmente às empresas, possibilitando uma sintonia com o mercado de trabalho antes do fim da graduação.

Várias dessas empresas surgiram (como no curso de ciências sociais) e outras tentaram, mas nem saíram do papel (caso da Geografia). Mas importante

desse processo é que o mercado já não era mais um "mal" a ser evitado e mesmo onde não vingou a empresa-júnior uma maior aproximação ocorreu.

E como se deu essa inserção? Bem, os sociólogos preocuparam-se em ocupar postos nas empresas de análise de mercado, pesquisa político-partidária, entre outras. Assim, também estudantes de letras, filosofia, história, tentaram achar seu "nicho" no mercado atual, enquanto que aos geógrafos, couberam trabalhos com cartografia digital, geoprocessamento e geomarketing.

Em suma, todos inseridos no mercado de trabalho e principalmente num novo mercado de trabalho, dado que a década de noventa inicia-se dentro de uma nova conjuntura política (fim da guerra fria) e a emergência de políticas neoliberais, que acopladas a uma intensa informatização, impulsionaram uma nova dinâmica do Capital.

Dito de outra forma, as ciências humano-sociais se inserem dentro de uma nova economia, baseada no trabalho imaterial, que trouxe transformações significativas, seja na ampliação do mercado de trabalho para seus profissionais, mas também na incorporação de novas disciplinas ao seu currículo, como a introdução aos estudos de microinformática ou mais recentemente, análises sobre geoprocessamento, cursos estes ministrados nos vários Departamentos de Geografia.

Assim, percebe-se que concomitante à entrada do profissional no mercado, novas disciplinas técnicas são incorporadas no currículo universitário.

Dentro dessa dinâmica de incorporação mercadológica, é que iniciaremos uma análise específica de um ramo da Geografia, em que pese não ter uma disciplina própria na academia, se utiliza dos vários instrumentais modernos (como o geoprocessamento) que aos poucos vão se incorporando aos estudos geográficos. E de alguma forma, além do geógrafo estudioso, intelectual, surge um que se ocupará essencialmente de um trabalho técnico.

Em suma, trataremos da discussão sobre o geomarketing, sua relação com o trabalho imaterial e as implicações que esse modelo traz à Geografia.

Uma possível história desse processo nos leva à década de 50, quando ainda havia certo desinteresse da geografia e do geógrafo pela ciência de marketing.

Em 1954, William Applebaum, citado por Berry (1971) publica através da revista da Associação de Geógrafos Americanos "Marketing Geography", no qual afirma que:

el estudio del marketing habia sido descuidado por los geografos, a pesar de la considerable parte de la poblacion activa ocupada de estas funciones, de la parte importante del paisaje urbano consagrado a los emplazamientos para la venta al por mayor y al por menor, y de los complejos canales de distribucion que van desde las zonas produtoras a las consumidoras. (BERRY, 1971,p.166).

Mais adiante na década de 70, Berry(1971) critica a falta de interesse do geógrafo, quando diz" [...] *La evaluación de los emplazamientos comerciales y la búsqueda de su localización óptima se entendían más como un arte que como una ciencia*" (BERRY, 1971,p.167).

Ou seja, para esses autores, o geógrafo poderia (e deveria) também promover uma maior otimização do espaço, possibilitando uma maior rapidez na circulação de uma mercadoria.

Mas o próprio Berry (1971), reconhece que essa mudança na análise espacial não seria nada fácil. Como menciona (através de uma crítica a um certo corporativismo geográfico):

Es comprensible que, tras la llamada de Applebaun em 1954, los geógrafos del marketing fracasaran en su intento de desarrollar su parcela científica en el marco de la ciencia del marketing, porque la geografia en su conjunto fue durante muchos años una ciencia encerrada en sí misma y permaneció insensible muchas veces a los progresos realizados en campos afines.". BERRY, 1971,p.168).

Assim, para o autor, a Geografia não se interessava pelas novas "perspectivas" que surgiam e preferia centrar suas discussões em seu mundo "fechado".

Deste momento inicial (décadas de 50 e 60) até hoje, consideráveis transformações ocorreram na economia mundial, que trouxeram modificações, tanto nessa "nova ciência geográfica – o geomarketing", como também na postura do geógrafo em relação á ela.

O caminho de evolução que o geomarketing trilhou, passa de uma simples colocação de alfinetes em um mapa posto na parede, para o uso dos sistemas de informações geográficas que possibilitam cálculos de áreas instantâneos, definição de perímetros, sobreposição de mapas diferentes de uma mesma região, etc, fazendo com que alguns geógrafos deixassem de encarar o marketing como algo supérfluo, e hoje, tornam-se profissionais da área, quando não raramente , empresários desse setor.

Poderíamos entender esse processo da aliança entre o marketing e a geografia, respectivamente como, " a ciência que convence" com a "ciência que mostra o melhor caminho". Resumindo, a aliança facilita em muito, a circulação de um bem que hoje em dia é bastante valorizado: a informação.

Então enviar correspondências para as pessoas certas, escolher os pontos de afixação de cartazes, a localização de uma loja/empreendimento, trabalhos que exigem um grande poder de convencimento, mas também um conhecimento geográfico da área envolvida no processo fica mais fácil.

E dentro da perspectiva de que mais importante do que ser crítico o geógrafo deve ser um técnico do espaço, ao invés de se discutir mudanças que favoreçam uma maior parte da população, esse profissional deve preocupar-se com uma análise espacial para o mercado, identificando, por exemplo, regiões onde algum grande atacadista poderia melhor se instalar.

Sendo assim, esse trabalho que entendemos imaterial, pois é essencialmente informacional, transforma o geógrafo de crítico do espaço em otimizador do espaço. Antes a serviço da sociedade e agora do Capital. Bem, mas uma questão surge: De onde saem as informações que facilitam a análise desse geógrafo e que propiciariam a viabilidade ou não da instalação de um empreendimento?

A resposta quem nos traz é a entrevista feita por Érico Guizzo com Tadeu Masano, diretor da empresa Geografia de Mercado:

Com 16 anos de vida, a "Geografia de Mercado" acumula uma base de dados considerável. Ao todo já são mais de 100 bilhões de bytes provenientes de mais de uma centena de fontes de informação – como o IBGE, SEADE, Banco Central, Ministério do Trabalho, Secretaria da Fazenda, Prefeituras, entidades de classe e outras. Alguns dados não custam nada, são públicos.¹²

Informações que posteriormente serão organizadas e armazenadas em bancos de dados e oferecidas como se fossem de uso privado, *copyright!*

Diríamos que ocorre a privatização da informação pública. Uma informação que é de natureza social, alocada num CD se transforma em algo extremamente valioso e possibilita a arrecadação de alguns milhares de reais.

Na verdade, como nos mostra Dantas (2000), em relação ao programa CAD, que tem em si cálculos e problemas resolvidos, possibilitando a solução de questões novas, originais, esse CD com informações públicas será caro, pois:

[...] o valor da informação encontra-se justamente no trabalho que poupa, no tempo que algum subsistema social não precisou consumir porque pôde beneficiar-se do resultado da busca feita por algum outro subsistema. (DANTAS, 2000, p.113)

Mais ainda, seu uso restrito à geração de lucros de uma dada empresa produz mecanismos de investigação que perpassam o respeito ao direito inviolável de não ser investigado sem autorização judicial (o que já seria questionável), num verdadeiro big brother real. Diz a matéria sobre a avidez do empresário:

Está negociando a compra de fotos de satélite de alta precisão. “São fotos de um satélite russo e de um americano”, diz Masano. As imagens vão mostrar ruas e casas com nitidez, como nos filmes de espionagem.

Ou seja, uma informação com acesso livre, com vista à planejamento público, torna-se um produto de grande valia e lucro, visto essas informações

estarem organizadas para determinado fim, neste caso, aos interesses dos empresários do geomarketing.

E com essas informações, empresas trabalham com uma análise para o mercado, demonstrando afora as possibilidades já citadas, o potencial de venda de um produto, tendo-se o perfil sócio-econômico do local de instalação de uma empresa; indicam a melhor rota de entrega de um produto, garantindo maior rapidez, redução de custos e maior satisfação de clientes e até quais as possibilidades de instalação de grandes empreendimentos agropecuários.

Dessa forma, o visível concretizado na loja de departamento, na agência bancária ou mesmo numa loja de Mc Donald's, foi determinado depois de uma extensa pesquisa de localização espacial, bem como, análise sócio-econômica da população local ou flutuante, para que se corresse o mínimo de riscos desse empreendimento não ser lucrativo. Assim, anterior a fase de inauguração de uma grande loja, ocorreram vários meses de pesquisas.

Entendemos, então, que a concretização do visível (uma loja) foi possibilitada pelos processos informacionais. A informação gerando valor e possibilitando o surgimento de empresas que sobrevivem graças a enormes bancos de dados. (muitos deles públicos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao Trabalho? - Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. Aonde vai o Mundo do Trabalho?. In: COGGIOLA, O (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

_____. Material e Imaterial. *Folha de São Paulo*, São Paulo: p.8-9, 29 Jun.2000.

BERRY, Brian J.L. *Geografia de los Centros de Mercado y Distribucion al por Menor*. Barcelona: Editora Viceno, 1971.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede – A Era da Informação : Economia, Sociedade e Cultura*. V.1. São Paulo: Editora Paz e Terra,1999.

CORIAT, Benjamin. *Pensar al Reves- Trabajo y Organizacion en la Empresa Japonesa*. Ciudad de México: Siglo Ventiuno Editores,1992.

DANTAS, Marcos . O Valor da Informação : Trabalho e Apropriação no Capitalismo Contemporâneo. *Revista Lugar Comum*, n. 9-10: p. 91-121, Abril 2000.

GOMES E SILVA. "Uma Breve Reflexão sobre as Harmonias Administrativas de Frederick W. Taylor a Taichi Ohno. In: ACCIOLY, Doris et all(org). *Maurício Tragtemberg – Uma Vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HARDT, Michael et all. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 9º Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LAZZARATO, Maurizio et all. *Trabalho Imaterial – Formas de Vida e Produção de Subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

LOPREATO, Christina R. *O Espírito da Revolta- A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

MOREIRA, Ruy. As Novas Noções do Mundo do Trabalho. In: *Programas e Resumos do XII ENG – Os Outros 500 na Formação do Território Brasileiro*. Florianópolis;AGB, 2000.

¹ Pós-Graduando em Geografia Humana (Doutorado) na FFLCH-USP. e-mail: elhakim@usp.br

² NEGRI, Antonio e HARDT, Michael – *Império* (Esses conceitos se encontram , principalmente, no CAP III).

³ NEGRI, Antonio –" Direita e Esquerda na Era Pós-Fordista". Folha de São Paulo. 29 de Junho de 1998.

⁴ ANTUNES, Ricardo – “ Material e Imaterial.” Folha de São Paulo.13 de Agosto de 2000.

⁵ Sobre um uma análise da mais-valia nas mudanças tecnológicas, ver Harvey(2000), p.174.

⁶ Aqui entende-se valor como atributo que transforma bens naturais em bens econômicos.

⁷ Importante seria perceber também que aos poucos, os recursos naturais, como carvão, petróleo, etc passam a ser de uso privado.

⁸ Lopreato aponta o depoimento de um menino de 14 anos que trabalhava das 19hs às 6hs da manhã. Se dormia era acordado com baldes de água gelada, mas se o capataz estava nervoso, não era raro bofetadas e chutes. Ver pp. 79-81.

⁹ Aqui, no sentido de que, no fordismo havia uma grande estrutura de benefícios sociais. Achamos conveniente usar desta forma, visto que no debate atual, sobre mudanças na CLT, benefícios sociais são vistos como "engessadores" da produção.

¹⁰ DANTAS, Marcos – O Valor da Informação: Trabalho e Apropriação no Capitalismo Contemporâneo, p.119. A reportagem do Jornal do Brasil indica que “o avanço tecnológico e a globalização dos mercados começam a trazer alterações profundas e radicais em diversos segmentos da economia. A indústria automobilística está mudando e outras transformações vão chegar para as concessionárias(...) Há 15 anos, nos Estados Unidos, 70% dos lucros das concessionárias eram fruto da venda de veículos. Hoje representam apenas 1%. O pós-venda – contrato de manutenção, assistência e venda de peças e equipamentos -, que era responsável por apenas 2% do lucro, responde agora por quase 70%.” JB, 23/10/95.

¹¹ Isso pode ser observado pela diminuição de verbas em pesquisas nas ciências humanas, o surgimento do mestrado profissionalizante(MBA) na universidade pública, bem como, a instituição dos cursos seqüenciais de curta duração nas faculdades particulares.

¹² Entrevista retirada da revista eletrônica Exame Negócios, www.geografiademercado.com.br/mapscapev3/tacticianonlineartigos/bit_bem_passado.htm.

Acessado em 12/10/2010

RECEBIDO EM: 14/10/2010

APROVADO EM: 26/10/2010